PROCESSO : Nº 20212906700029 – EPAT 009.198
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 0151/22
RECORRENTE : COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS – AMBEV.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR :JULGADOR – LEONARDO MARTINS GORAYEB
RELATÓRIO : Nº 104/23/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO

DOS FATOS

Fora lavrado o auto de infração contra o sujeito passivo em epigrafo, por promover a circulação de mercadoria (CERVEJA) alcançada pelo instituto da substituição tributária (Protocolos ICMS 11/85 e 20/87) sujeita ao destaque ou pagamento do ICMS ST por ocasião da saída da mercadoria de seu estabelecimento contendo erro na determinação da Base de Cálculo do ICMS-ST, visto que praticou valor inferior ao preço para a determinação da base de cálculo de que trata a IN nº 017/2019/GAB/CRE. Trata-se do DANFE nº 224428.

A infração foi capitulada nos Art.2-XV e Art.28, c/c Anexo VI, art.14,I, b-1, todos do RICMS/RO aprovado pelo decreto 22721/18 e Protocolo ICMS 11/91. MULTA: Artigo 77, inciso IV, alínea "a", item 4 da Lei 688/96. Período fiscalizado:14/11/2021 a 14/11/2021. Segundo o agente autuante o valor total do crédito tributário é de R\$ TOTAL: R\$ 2.777,04.

O Sujeito Passivo apresenta a sua impugnação inicial suscitando as seguintes teses: Que houve cerceamento de defesa pelo fato do autuante não ter disponibilizado a base da autuação das notas fiscais elencadas na autuação, deixando apenas o total sem descrever pormenorizadamente os cálculos referentes a cada uma delas, gerando assim cerceamento de defesa dele. Que tão logo percebeu o equívoco, recolheu o complemento do tributo devido ao Estado por meio de planilha EFD e planilha da empresa mostrando o as informações EFD e o cálculo correto da base de cálculo ST. Requer a anulação do Auto com base na informação de erro da autuação com relação as datas de emissão das DANFEs: foram emitidas dias 12 e 13/11/21 e diz que na autuação a data de emissão está 14/11/21. Que a multa imputada tem efeito de confisco, ferindo os princípios do Não Confisco e da Razoabilidade e Proporcionalidade.

O julgador Singular proferiu sua decisão com base nas seguintes teses: Que todas as informações constantes do Auto de Infração e demais documentos dessa ação fiscal foram levadas ao conhecimento do autuado e não houve cerceamento de defesa (Notificação nº 12857100, via DET à fl.05), pois o autuado apresentou sua impugnação inicial questionado a matéria em questão nesse auto de infração. Que na descrição da infração em momento algum foi citada a data de emissão do documento fiscal. Acredito que a defesa confundiu a data de lavratura do AI, 16/11/21, com a data de emissão da DANFE. Portanto, o erro alegado não prospera. Para conhecimento, a fim de contribuir para esse entendimento: Art.107 da Lei 688/96. Que quanto ao pagamento, foi enviado via e-mail,

para o grupo de ST da GEFIS a fim de confirmar ou não o pagamento desta diferença, porém, a GEFIS respondeu que até o presente o pagamento não foi confirmado. Quanto a multa esclarece que não é de competência deste Tribunal a análise de inconstitucionalidade, ou a negativa de aplicação de lei ou de ato normativo emanado do Governo de Rondônia, art.90 da Lei 688/96. Pelo exposto, como restou comprovada e incontroversa a infração, o não recolhimento do crédito fiscal pelo erro na determinação da base de cálculo do ICMS-ST, e como a multa aplicada foi a prevista na lei para tal situação, julga Procedente o auto de infração e DEVIDO o crédito tributário no valor de R\$ 2.777,04. devendo o valor ser atualizado até a data do seu efetivo pagamento.

DO MÉRITO DO VOTO

Tem-se que o sujeito passivo promoveu a circulação de mercadoria (CERVEJA) alcançada pelo instituto da substituição tributária (Protocolos ICMS 11/85 e 20/87) sujeita ao destaque ou pagamento do ICMS ST por ocasião da saída da mercadoria de seu estabelecimento contendo erro na determinação da Base de Cálculo do ICMS-ST, visto que praticou valor inferior ao preço para a determinação da base de cálculo de que trata a IN nº 017/2019/GAB/CRE. Trata-se do DANFE nº 224428.

A defesa do contribuinte arguiu em sua impugnação inicial ao qual demonstrou em sua peça defensiva que o pagamento foi realizado, apresentar documentos probantes em que realizou o lançamento em sua Livro Complementar com os valores recolhidos, antes da notificação da autuação, teses essa acatada pelo Julgador Singular em que proferiu seu voto pela Improcedência do auto de infração.

Quanto ao Mérito, salienta-se que ficou demonstrado que o sujeito passivo demonstrou o recolhimento do imposto em 30/11/2021, antes da ciência do auto de infração que foi realizado em 07/12/2021, portanto, aplica-se o a Denúncia Espontânea do Artigo 138 do CTN, conforme entendimento deste tribunal ao qual em decorrência de diversos casos, após estudos apresentou o Enunciado 6/TATE/SEFIN, que é aplicada ao caso no seu Inciso I, Letra “a”, em razão do contribuinte realizar o Recolhimento do imposto antes da Notificação do auto de infração.

CTN – Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito

da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

**ENUNCIADOS TATE-SEFIN-RO ENUNCIADO 006.
SOBRE O PAGAMENTO REALIZADO ANTES DO
JULGAMENTO DA AÇÃO FISCAL.**

Para uniformizar o entendimento quanto a conclusão dos julgamentos, nas hipóteses de haver pagamento do crédito tributário antes do início do procedimento fiscal de lançamento ou durante a fase de julgamento, o Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE, com o objetivo de estabilizar a sua jurisprudência, firmou o seguinte entendimento.

I - No caso de pagamento do imposto antes do início da ação fiscal ou antes da notificação do Auto de Infração, na hipótese de não haver ciência pelo sujeito passivo do termo de início:

a) o pagamento integral configura denúncia espontânea (art. 138, CTN), ensejando a improcedência do Auto de Infração;

Neste sentido, entendo que deverá ser reformada a Decisão do Julgador Singular de Procedente para Improcedência do auto de infração, uma vez demonstrada que o contribuinte se utilizou do benefício da Denúncia Espontânea.

DO VOTO - CONCLUSÃO

Este Relator, conhece do presente Recurso Voluntário para negar-lhe provimento, no sentido que seja reformada a decisão de Primeira Instância que decidiu pela procedente para Improcedência do auto de infração, assim julgo.

Porto Velho-RO, 18 de outubro de 2022.

LEONARDO MARTINS GORAYEB
CONSELHEIRO DA 1ª CAMARA DE JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : N° 20212906700029 – EPAT 009.198
RECURSO : VOLUNTÁRIO N° 0151/22
RECORRENTE : COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS – AMBEV.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : JULGADOR – LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO : N° 104/23/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO N° 0269/2023/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **ICMS/MULTA – CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA COM ERRO NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS – ST – VALOR INFERIOR AO DA PAUTA FISCAL – INOCORRÊNCIA** - Restou provado “*in casu*” que a infração tipificada na inicial não ocorreu. O autuado demonstrou o recolhimento do imposto em 30/11/2021, antes da ciência do auto de infração, que foi realizada em 07/01/2022, portanto, aplica-se o instituto da denúncia espontaneidade do Artigo 138 do CTN (Enunciado 06 TATE). Infração Ilidida. Reforma da decisão singular de procedente para Improcedência do auto de infração. Recurso Voluntário Provido. Decisão Unânime

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, , à unanimidade em conhecer do recurso interposto para dar-lhe provimento, alterando a decisão monocrática de procedente para **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Leonardo Martins Gorayeb acompanhado pelos julgadores Dyego Alves de Melo, Reinaldo do Nascimento Silva e Amarildo Ibiapina Alvarenga.

TATE, Sala de Sessões, 18 de outubro de 2023.

~~Anderson Aparecido Arnaut~~
Presidente

~~Leonardo Martins Gorayeb~~
Julgador/Relator